



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR – CIRM
GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-Gerco)

5

46ª Sessão Ordinária

**Sala de Reuniões da CIRM - Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Anexo B, 3º andar,
Brasília**

Brasília - DF, 15 de Agosto de 2013 - Horário: 10h00 às 12h30/14h30 às 18h00

LISTA PARTICIPANTES

10

Coordenação da Sessão	Ney Maranhão (SRHU/MMA)
	Adalberto Eberhard (DZT/MMA)
	CMG Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM/MB)
Relatoria	Adelias Freires Bastos (DZT/MMA)

LISTA DE PRESENÇA - REPRESENTANTES	
ORGÃO	REPRESENTANTE GI-Gerco
MMA	Adalberto Eberhard
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
MPA	Rodrigo Roubach
SPI/MP	Luis Fernando Magnani de Oliveira
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
SECIRM	Paulo Renato Pimentel Nogueira
MTur	Wilken Souto
MCidades	Cléo Alves Pinto de Oliveira
ICMBio	Rômulo José Fernandes Barreto
ABEMA	Andréa Olinto
ABEMA	Ricardo Voivodic
ANTAQ	Marcos Maia
ACADEMIA	Alexander Turra
PETROBRAS	Ivan Cesar Lobo Rezende
MPF	Gisele Elias de Lima Porto Leite

LISTA DE PRESENÇA - PARTICIPANTES	
ORGÃO	PARTICIPANTE
MMA/DZT	Leila Affonso Swerts
MMA	Paulo Rogério Gonçalves
SEMA/BA	Ruben Z. Arnua
MPA	Luciene Mignani
SEMA/BAHIA	Antonio Vieira
MTur	Marcelo Lima Costa
MMA/DZT	Adelias Freires Bastos
ANA	Ciro Garcia Pinto
MMA/DZT	Salomar Mafaldo
ICMBio	Fabiana Hessel
MMA/DZT	Márcia Regina Lima de Oliveira
MCTI	Janice Trotte
MMA/DZT	Marcelo A. Farrenberg
MCTI	Maria Cristina Braga
IBAMA	Mariana Graciosa Pereira

1. ABERTURA

Abertura da 46ª sessão às 10h20 pelo representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) Comandante CELSO SERRA, que em nome do Almirante
 20 Silva Rodrigues, deu as boas vindas aos participantes e ao Secretário Ney Maranhão da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA).

O Sr. Secretário cumprimenta os participantes do Colegiado e os participantes da Secretaria de Biodiversidades e Florestas (SBF) do MMA ressaltando as representações da Agência Nacional de Águas (ANA), do Ministério do Turismo que volta a comparecer as nossas reuniões, e da
 25 nova representação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), além da indicação do suplente da ABEMA, que é o estado do Rio de Janeiro.

Comentou sobre a reestruturação em curso no Ministério e informou que o MMA delegou a responsabilidade pelo Gerenciamento Costeiro à SRHU o que permitirá integrar com a Zona Costeira, uma série de ações e de políticas ambientais da área urbana e de gestão de recursos
 30 hídricos. Pontuou que isto dará sinergia neste processo e registrou sua expectativa de trabalhar com o Gerenciamento Costeiro.

Agradeceu a presença de todos; reiterou a satisfação de estar na sessão do Colegiado e a expectativa de trabalhos profícuos e passou a palavra para o Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) para coordenar os trabalhos.

35 O Sr. ADALBERTO EBERHARD (DZT/MMA), cumprimenta o Sr. Secretário NEY MARANHÃO, o Comandante SERRA (SECIRM/MB) e os participantes da 46ª sessão, aos quais deu as boas-vindas e solicitou que se apresentassem.

Em continuidade o Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) falou sobre a conexão entre zona costeira, bacias hidrográficas e questões de poluição urbana, e de como estas conexões demandam
40 enxergar o território brasileiro na sua integralidade, o continente, a costa e o mar, estando agora as pautas que tratam destas temáticas abrigadas em uma mesma Secretaria.

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Adoção da Agenda

Após apresentação da agenda, a Sra. JANICE (MCTI) solicitou que o ponto de pauta “Resultados do evento Oceanos e Sociedade & Rede Costeira” fosse o primeiro ponto do item
45 5.Outros Assuntos, pois precisaria se ausentar em função de outros compromissos e gostaria de fazer o informe sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH).

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) solicitou que a pauta “GT-Portos – andamento dos trabalhos e encaminhamentos (Antaq – SEP)” fosse inserida na seção 4.Deliberação.

O Comandante SERRA após solicitar inserção da pauta “Portaria de atualização da representação
50 do Gi-Gerco”, informou que a minuta da portaria, com a nova composição de representação do Gi-Gerco, enviada aos representantes para contribuições e conhecimento, seria encaminhada à CIRM, para assinatura.

Registramos a seguir, após consolidação, a agenda aprovada da 46ª sessão do Gi-Gerco:

AGENDA APROVADA

1. ABERTURA

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1 . Adoção da Agenda

2.2 . Aprovação da Ata da Sessão Anterior

3. NOTÍCIAS/INFORMES

3.1 . Mudanças Climáticas: criação da Força Tarefa Zona Costeira para o Plano Nacional de Adaptação - Sra Leila Swerts (MMA)

3.2 . Representante da Sociedade Civil – tratativas com o Conama – Sr. Adalberto Eberhard (MMA)

3.3 . Sinalização de UCs Marinhas – situação atual do GT – Dr. Rômulo Mello (IcmBio)

3.4 . Informação Mtur GT-Náutico

4. DELIBERAÇÃO

4.1 . Gt-Portos – andamento dos trabalhos e encaminhamentos (Antaq – SEP)

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1 . Resultados do evento Oceanos e Sociedades & Rede Costeira – Prof. Alexander Turra (IO/USP) e Marcus Polette (UNIVALI)

Informe sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH)

5.2 . Plano nacional do MPA para o desenvolvimento da Carcinicultura - Sr. Rodrigo Roubach (MPA)

5.3 . SiMCosta – Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – Prof. Carlos Garcia (Furg)

5.4 . 25 Anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Sra. Marcia Oliveira (DZT/MMA)

5.5 . Ilhéus-BA: problemas costeiros, inclusive em função da construção do Porto Sul - Sr. Antônio Vieira (Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Ilhéus-BA)

5.6 . Proposta GT-Náutico – ABEMA

5.7 . Sistema de Modelagem Costeira (SMC Brasil) – Sra. Márcia Oliveira (MMA)

5.8 . Projeto Orla – Sr. Reinaldo Redorat (SPU)

6. ENCERRAMENTO

2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

60 Após o Coordenador solicitar manifestação do plenário, a ata da 45ª sessão do Colegiado foi aprovada.

3. NOTÍCIAS/INFORMES

3.1. Mudanças Climáticas: criação da Força Tarefa Zona Costeira para o Plano Nacional de Adaptação - Sra Leila Swerts (MMA)

65 A Sra. LEILA (DZT/MMA) assinalou que a temática Mudanças Climáticas no recorte Zona Costeira vem sendo tratada pela Gerência Costeira há algum tempo. Neste contexto, informou que em maio deste ano aconteceu em Recife-PE, o Simpósio de Vulnerabilidade Costeira (SinVUC), evento que o DZT/MMA ajudou a construir e que teve como objetivo levantar o estado da arte na identificação, no estabelecimento de métricas e na definição de aspectos metodológicos para se trabalhar a vulnerabilidade costeira.

70 Pontuou que como um desdobramento do SinVUC, em Junho ocorreu a apresentação do estudo macro-regional da Cepal / U.Cantábria: *Metodología, herramientas y bases de datos para la evaluación de los impactos del cambio climático en zonas marino-costeras de la región de América Latina y Caribe*, e que provavelmente será apoiada a replicação deste estudo para o Brasil, em escala de maior detalhe.

75 Em julho ocorreu a formação da rede “Força Tarefa Zona Costeira para o Plano Nacional de Adaptação” para apoiar a construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, entendendo que as informações estão dispersas em muitas instituições e é necessário uma sistematização destes conteúdos.

80 Pontuou que a Gerência Costeira deverá subsidiar e apoiar a construção da temática ligada à Zona Costeira e que o processo de trabalho será através da plataforma *Moodle* e reuniões presenciais, sendo que o grupo deverá produzir um relatório final sinalizando quais são os impactos e vulnerabilidades no espaço de estudo, os atores e arranjos institucionais e algumas diretrizes e orientações técnicas.

85 Informou que em agosto ocorreu a apresentação Cenários de Mudanças Climáticas pelo prof. Marengo do INPE, estando previsto para dezembro o III *Workshop* da SubRede Zona Costeira, da Rede Clima.

3.2. Representante da Sociedade Civil – tratativas com o Conama – Sr. Adalberto Eberhard (MMA)

90 O Departamento de Zoneamento Territorial - DZT encaminhou solicitação de renovação da representação do CONAMA no Gi-Gerco e está aguardando os procedimentos para inclusão do assunto na pauta de deliberações do colegiado.

3.3. Sinalização de UCs Marinhas – situação atual do GT – Dr. Rômulo Mello (ICMBio)

95 Com raízes em demandas enfrentadas pelo MPF, que na 44ª sessão do Gi-Gerco pontuou as dificuldades enfrentadas no exercício das atribuições por falta da sinalização das Unidades de Conservação Marinhas (UCs), principalmente nas questões do fundeio de barcos em áreas das UC's Marinhas, o ICMBio em articulação e cooperação com a Marinha do Brasil (DHN/MB), estruturaram um seminário que buscou alinhar conhecimentos, identificar as normativas aplicáveis, as possibilidades e os desafios na sinalização náutica das UC's Marinhas, que apoiarão a operacionalização do marco legal. Para tratar a demanda foi criado, no âmbito do ICMBio, o GT-Sinalização.

100 A Sra. FABIANA (DISAT/ICMBio) relatou o progresso dos trabalhos do GT-Sinalização e

pontuou que está em elaboração uma portaria (ICMBio) para institucionalizar o grupo.

Assinalou que o grupo no momento busca adequar-se às restrições do corte orçamentário e a questão posta é se o GT-Sinalização, que terá em sua composição a maioria de gestores de UCs do litoral, constrói e inicia a agenda de trabalho, ou busca alternativas para operacionalização dos trabalhos que concilie a questão dos recursos, ressaltando que independente dos bloqueios orçamentários já foram alcançados resultados institucionais, cristalizados pela internalização da discussão do tema na equipe.

Para ilustrar resultados relatou caso envolvendo a Resex Prainha do Canto Verde, objeto de questionamento por infrator autuado, com base no argumento de que a UC não está representada na carta náutica. O fato desencadeou intensa discussão dentro do Instituto, que em decorrência concluiu que o decreto da UC é suficiente para que a sociedade tenha conhecimento da Resex.

O Sr. MAGNANI (SPI/MP) inquireu se o GT-Sinalização é interno e, tomando por base que sim, sugere envolver a CONCAR e o pessoal da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Pontuou que esta é uma típica situação de trabalho colaborativo e que deveria ser implementado, na visão da SPI, considerando a necessidade da gestão otimizada de recursos, em ambiente colaborativo, via ferramentas Web. Assinalou que é pouco agregador a menos da transferência de experiências muito particulares, deslocar-se das UCs, para a participação presencial no GT-Sinalização.

Sobre a Resex Prainha do Canto Verde a Sra. SHEILA (ABRAMPA) trouxe a percepção de que a UC está desassistida pelo Instituto, que a sinalização da área é deficiente, que proliferam construções irregulares, a coleta seletiva não é operacional e que a comunidade de pescadores não tem a percepção de direito no espaço, para pescar, e infere que a criação de unidades de conservação exige um olhar e o conhecimento da realidade.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA), buscando direcionar a pauta pondera que devemos distinguir duas questões: primeira a questão da sinalização; segunda a discussão da Gestão das UCs e a relação que o Instituto tem com a comunidade, que é uma nova pauta que pode ser aberta para discussão, em outra sessão do Colegiado.

O Sr. RÔMULO (ICMBio), fez esclarecimentos sobre o GT-Sinalização e as questões apontadas sobre a Resex Prainha do Canto Verde: o GT não é de questões conceituais; é um grupo de operacionalização. Ilustrando com o caso da Resex Tamoios, local da crise motivadora deste assunto no Gi-Gerco, houve uma reunião no RJ envolvendo pessoal de sinalização, cartas náuticas, da UC, para entender o que seria viável. A Resex é formada por 29 pequenas ilhotas, espalhada em um megaespaço. Em decorrência desta experiência o grupo entendeu que será necessário discussões da realidade local e agregar este conhecimento específico para a construção de projetos factíveis para cada UC, e então acessar a Marinha para homologação. Nesta perspectiva cada unidade fará um proposta de projeto pontuando que a proposta de construção coletiva foi decisão do seminário, o que não impede de serem usados mecanismos colaborativos via web no que for possível.

Sobre a Resex Prainha do Canto Verde, o Sr. RÔMULO (ICMBio) pontuou que este caso exige um aprofundamento na análise. Informou que as placas são retiradas porque existe um megaconflito, de interesses históricos que convergem no processo de ocupação, do mar e das dunas, por grilagem judicialmente caracterizada, e que financiam parte das ações contrárias a UC, e do outro lado há uma comunidade litorânea histórica, que se sente oprimida, e que demandou a Unidade, que foi criada em 2006. Há dificuldades grandes, mas não está abandonada, haja vista que neste período dois presidentes do Instituto visitaram a unidade, e reuniram-se com os atores que demandaram a UC, mas também com os atores que são contrários a Unidade.

Insiste que é muito importante conhecer o sistema de UC proposto pelo Brasil, que é muito

150 complexo e enfrenta em determinados momentos realidades muito distintas, decorrentes de decisões tomadas pelo Estado brasileiro, no qual se decide pelo coletivo e não pelo individual.

Finalizando o Sr. RÔMULO (ICMBio) assinalou que não se cria uma UC sem enfrentar conflitos e que para criá-las a legislação exige que haja uma discussão ampla com a sociedade. Não se criam mais UC saídas apenas da iniciativa técnica do melhor especialista do Brasil ou do mundo como ocorreu no passado, quando se identificava a beleza cênica e se criava a UC.

155 Das discussões no Colegiado emergiram vários questionamentos a partir do tema sinalização, convergindo para questões da Gestão das Unidades de Conservação Federal.

Por uma questão de ordem foi ressaltado que o GT-Sinalização trata uma demanda específica da sinalização e da representação em cartas náuticas das UCs já criadas por ato público, e que o GT tem que trabalhar e dar solução para estas demandas.

160 **ENCAMINHAMENTOS:**

(i) O Colegiado recomendou que as UCs sejam pauta específica em próxima reunião para que o ICMBio possa apresentar o SNUC, trazendo clareza para os problemas apontados e, o Colegiado, a partir de uma compreensão real dos fatos, possa trabalhar os encaminhamentos;

165 (ii) Minuta da portaria: convidar especialista da academia e levar o assunto à CONCAR¹ (Comissão Nacional de Cartografia); ²

(iii) solicitar à SPU apresentação dos procedimentos para destinação de áreas da União.

3.4. Informe Mtur GT-Náutico – Sr. Wilken Souto (MTur)

170 O Sr. WILKEN (MTur) informou que está sendo construída com o MMA, uma agenda interministerial, no âmbito do Plano Nacional de Turismo, pautando três grandes prioridades: trabalhar o uso turístico dos parques naturais, das cidades históricas turísticas e do litoral;

Pontuou que o Turismo Náutico e o Turismo de Sol e Praia demandarão uma interface com o Projeto Orla e nesta perspectiva o MTur renovou recentemente sua representação no Colegiado e estabeleceu uma agenda com a SPU e o MMA, e trabalham na construção da melhor forma de integração e atuação para promover os produtos do turismo.

175 Informou que o GT-Náutico está sendo reformulado, eliminando sobreposições e ampliando a representação, e que uma portaria e um novo regimento estão sendo elaborados buscando organizar as funções e dar maior eficácia ao GT. A Sra. ANDREA (ABEMA) assinalou que seria importante resgatar o GT-Náutico do Gi-Gerco, que trabalhava várias questões onde os estados poderiam pautar suas especificidades.

180 Valorizando o ponto assinalado pela Sra. ANDREA, o Sr. VOIVODIC (ABEMA) informou que no Rio de Janeiro foi criado o Fórum Náutico Fluminense onde se tem buscado novas formas para licenciamento de marinas e estruturas de apoio náutico apontando a falta de normativas próprias para regulamentar a questão das instalações náuticas.

185 O Sr. WILKEN (MTur) reafirmou que a portaria está em fase de reformulação e que pode encaminhá-la ao colegiado para as contribuições e sugestões, estando aberto o GT-Náutico à participação para quem quiser contribuir com a discussão.

A Sra. MÁRCIA (DZT/MMA) reportou que na nova portaria em revisão está prevista a inserção do GT criado no GI-GERCO, reconhecendo este como um espaço para apoiar o GT-NÁUTICO na troca de informações e interlocução de pautas comuns aos dois GTs. De forma, que dada a
190 heterogeneidade da representatividade do GT-Náutico coordenado pelo MTur, se possa buscar um posicionamento mais harmonizador do ponto de vista governamental das representações do

1 Sugestão do Ministério do Planejamento para que o assunto, por pertinência, fosse levado à CONCAR.

2 MPA reforçou a posição já manifestada na reunião anterior da Cirm, demonstrando interesse em compor o GT-Sinalização;

GI-GERCO em respostas a demandas apresentadas pelo setor.

4. DELIBERAÇÃO

4.1. GT-Portos – andamento dos trabalhos e encaminhamentos (Antaq – SEP)

Na 44ª Sessão do Colegiado o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA/ES) pontuou que identifica conflitos no litoral do ES entre a criação de UCs Marinhas e os empreendimentos portuários em licenciamento ou em estudos de viabilidade, ocorrendo na previsão da ocupação, sobreposição geoespacial.

Para tratar a questão o colegiado criou um grupo de trabalho, o GT-Portos, para que a partir do caso do ES sistematizasse o conjunto de regramentos do processo de licenciamento de portos e, que apresentasse recomendações de curto, médio e longo prazo para o enfrentamento dos impactos do crescimento da atividade portuária.

O Sr. MARCOS (ANTAQ) relatou os trabalhos do GT, em quatro reuniões, nas quais o grupo foi informado sobre a política setorial, o que o setor quer e quais suas diretrizes; identificaram o fluxo do processo para analisar as solicitações de empreendimentos e receberam informações preliminares sobre o Plano Geral de Outorgas - PGO, o Plano Nacional de Logística e Transporte - PNLT, o Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP e o Plano Nacional de Logística Integrada - PNLI, ficando evidenciado que o critério principal nestes planos é o do fluxo logístico.

Pontuou que o setor segue um processo elaborado pelas determinações oriundas da lei 12.815/2013, que estabelece dispositivos para seguir diretrizes do Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT.

Assinalou que os estudos apontaram para a questão que o setor, para analisar as consultas, carece de um instrumento para trabalhar a questão locacional com regramentos que orientem a escolha nas várias instâncias de intervenção. Sobre esta lacuna o GT se debruçou e, entendeu e deliberou, que o Zoneamento Ecológico- Econômico – ZEE, seria o instrumento com maior referencial normativo para apoiar o ordenamento.

Informou que o grupo considerou encerrado seu trabalho, estabelecendo como principais conclusões:

- Dentro do fluxo de procedimentos estabelecido pela legislação do setor a adequação locacional de um empreendimento é avaliada com base no PNLP – Plano Nacional de Logística Portuária, que leva em conta condicionantes setoriais, como a previsão de carga e critérios de logística;

- Quanto ao uso compartilhado do espaço marinho e costeiro, o grupo concluiu que no processo setorial apresentado há consulta a alguns instrumentos vinculantes ou orientativos, porém não há a consulta a instrumentos/ferramentas específicos para compatibilizar as necessidades dos diversos usos da área costeira/marinha;

- A carência de instrumentos/ferramentas e de uma política para o uso compartilhado da zona costeira/marinha é um possível fator gerador de conflitos, devendo haver esforços do governo federal na construção de uma ferramenta de planejamento.

Por outro lado, considerando que o zoneamento ecológico econômico, “instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas”³, reúne as características deste instrumento, possuindo base normativa e metodológica estabelecidas e conhecidas.

Recomendações do GT-Portos ao Colegiado:

3 Decreto 4.297/2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências

235 1- Solicitar à SEP que apresente ao grupo o PNLP – Plano Nacional de Logística Portuária, que contém as diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário, conforme citado no Art.30 do Decreto 8.033/2013; solicitar à SEP que considere critérios ambientais dentre as variáveis analisadas no PNLP;

2- Recomendar à Cirm que encaminhe recomendação aos Ministérios componentes, no sentido
240 de que seja apoiada a elaboração do zoneamento ecológico econômico nos estados costeiros, reconhecendo o papel deste instrumento para o ordenamento do território;

3- Reforçar a necessidade de apoio para a melhor qualificação da gestão costeira local, promovendo a formação em dinâmica costeira e instrumentos de modelagem, melhorando assim a qualidade dos projetos de intervenções na costa.

245 O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) inquiriu os demais componentes do GT-Portos sobre contribuições a oferecer.

O Sr. REINALDO (SPU/MP) destacou a importância dessa questão do mapeamento que o ZEE contempla e apontou que o instrumento não estabelece prioridades, ficando em aberto quem tem prioridade naquele espaço e em decorrência todas estas demandas canalizam para a SPU, que
250 tem a competência, mas não tem a capacidade técnica para decidir quem tem prioridade de uso-ocupação daquele espaço.

A Sra. LEILA (DZT/MMA) chamou a atenção para a questão de ordem, enfatizando que as recomendações do GT foram postas e agora o Colegiado deveria deliberar e encaminhar. Assinalou que atendendo o que apontou o Comandante SERRA (SECIRM), sobre de que forma
255 fazer a recomendação a CIRM, deveríamos discutir de que forma encaminhar as recomendações do GT.

O Sr. MAGNANI (SPI/MP) partindo da colocação de que o ZEE ainda seria a única ferramenta que se aproximaria de um ordenamento do uso do espaço para portos e sabedor que os portos têm rigidez locacional bastante elevada e que tem uma prioridade econômica relevante perguntou
260 se efetivamente o ZEE seria o instrumento, e sendo, em qual granularidade ele seria o instrumento adequado a isso.

O Sr. VOIVODIC falando no papel de coordenador no Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do Rio de Janeiro valorizou aspectos do encaminhamento (a questão do ZEE) e pontuou que na sua percepção talvez o ZEE seja o único instrumento que permita articular e dialogar diferentes
265 políticas setoriais. Informou que no estado do RJ ele é fundamental, pois teremos uma sobreposição de políticas industriais e portuárias sobre políticas de turismo e de meio ambiente e o ZEE é o único instrumento que permite este diálogo.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) assinalou que o Zoneamento Ambiental é um dos instrumentos da PNMA. Isto é, o zoneamento ambiental do território Nacional, isto significa as
270 12 milhas, também.

Quando este zoneamento ambiental foi regulamentado, no decreto foi batizado de Zoneamento Ecológico-Econômico. Isto pode gerar questionamento. Uma figura que não existia na lei aparece no Decreto, mas o ZEE é legal, está instituído.

Pontuou que o Zoneamento Costeiro⁴ é uma peça legal e que compete a União fornecer
275 metodologia unificada⁵ e aos estados compete construir o seu instrumento.

Para acomodar agendas o Sr. ADALBERTO (DZT/MMA), coordenador da sessão solicitou que a Sra. JANICE TROTTE (MCTI) fizesse o informe sobre o Instituto Nacional de Pesquisas

4 Instrumento do Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro - PNGC, conforme disposto no dec. 5.300/2004, art.7º, inciso VIII

5 art 13 do Código Florestal (lei nº 12.651/2012)

Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). As informações sobre esta intervenção encontram-se no item 280 5.1 Resultados do evento Oceanos e Sociedade & Rede Gestão Costeira.

Retornando as discussões sobre as recomendações do GT-Portos, a Sra. CRHISTINA (MME) defendeu a posição de que o colegiado deveria aguardar os estudos e as recomendações do GT-Uso Compartilhado⁶ antes de deliberar sobre as recomendações do GT-Portos.

285 O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) contrapôs que enquanto o GT-Uso Compartilhado, no âmbito da CIRM, ainda tem muito trabalho a realizar, no decreto do Zoneamento Ecológico-Econômico nos é dado a obrigação por lei para cumprir várias determinações; o que estamos buscando é estimular os estados a implementarem aquilo que por lei, já está posto.

Salientou que o ZEE estadual não é um instrumento construído pelo MMA, pontuando que além da Comissão Coordenadora do ZEE - CCZEE⁷ há um grupo permanente, o Consórcio ZEE- 290 Brasil, formado por instituições de referência como o IPEA, o IBGE, o INPE, entre outros, que são a base técnica para a validação dos ZEEs estaduais, os quais são pactos construídos, não são necessariamente vinculantes, mas que iluminam e apoiam o planejamento.

ENCAMINHAMENTOS:

- 295 1. Solicitar à SEP que apresente ao grupo o PNLP – Plano Nacional de Logística Portuária, que contém as diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário, conforme citado no Art.30 do Decreto 8.033/2013; solicitar à SEP que considere critérios ambientais dentre as variáveis analisadas no PNLP;
- 300 2. Recomendar à CIRM que, reconhecendo o papel central do ZEE como instrumento de apoio ao ordenamento do território, (1) solicite à CCZEE que apoie a elaboração do ZEE dos estados costeiros e (2) recomende ao GT de Uso Compartilhado que priorize a integração do ZEE aos instrumentos de planejamento do espaço marinho;
- 305 3. Reforçar junto ao Comitê Executivo do SMC Brasil e ao PPG-Mar a necessidade de apoio para a qualificação da gestão costeira local, promovendo a formação em dinâmica costeira e instrumentos de modelagem, com vistas à melhoria da qualidade dos projetos de intervenções na costa.

Além dos encaminhamentos ficou a sugestão para a SPU apresentar "práticas da gestão das áreas da União". A sugestão surgiu durante o debate sobre uso de áreas da União. O Sr. REINALDO (SPU/MP) informou que se a área estiver dentro do porto organizado a gestão não é da SPU; neste caso é feita a entrega, instrumento jurídico que permite que a gestão seja feita por outro 310 ente.

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1. Resultados do evento Oceanos e Sociedade & Rede Gestão Costeira – Profs. Alexander Turra (IO/USP) e Marcus Polette (Univali)

Os assuntos aqui registrados se iniciaram ainda na pauta 4.1 GT-Portos – andamento dos trabalhos e encaminhamentos (Antaq – SEP), quando a Sra. JANICE TROTTE (MCTI) 315 apresentou informe sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH); o convite para esta intervenção se originou da recomendação de número 11 do documento final do evento OCEANOS&SOCIEDADES⁸.

6 GT-Uso compartilhado, criado pela Portaria 222/MB de 23 de abril de 2013.

10 7 Decreto de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE-Brasil, e dá outras providências.

8 Solicitar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação divulgação e discussão do papel do Instituto Nacional

A Sra Janice assinalou que vem a este plenário prestar esclarecimentos, no momento que a caracterização do Instituto avança, já qualificado como Organização Social, com CNPJ próprio e
320 informou que o Prof. Sergen Estefam é o diretor geral do Instituto, uma pessoa com a visão muito aferida no que tange a tecnologia e inovação.

Assinalou que o próximo passo é dar conformação ao seu Conselho Diretor, onde certamente vão figurar representantes de seus membros natos: o Ministério da Defesa, o MCTI, a Secretaria Especial de Portos (SEP) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O INPOH é fruto de uma
325 parceria entre o MCTI, MPA, a SEP e a Marinha do Brasil.

O anúncio foi feito durante a 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorreu em setembro/2012, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Recife, como uma entrega à Sociedade pelo MCTI, órgão do poder federal responsável por coordenar esta demanda, originada por ocasião da 62ª SBPC.

330 Assinalou que para ter a maior transparência possível a estratégia foi inserir a criação do Instituto dentro do programa Temático (PPA 2012-2015) 2046 Mar, Zona Costeira e Antártida.

Deixou claro que o INPOH não se incumbirá da gestão costeira, pois não é um órgão de gestão, mas sim um Instituto de Pesquisa e sua finalidade maior é preencher lacunas e fazer aquilo que não se consegue a partir dos Ministérios, da Academia e das empresas privadas.

335 O Prof. TURRA (ACADEMIA/IOUSP) informou ao Colegiado sobre o evento “Oceanos e Sociedade & Gestão Costeira” que aconteceu nos dias 27 e 28 de junho no IOUSP, tendo os 25 anos do Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro – PNGC como tema central. Tal comemoração remete à necessidade de uma reflexão crítica sobre os avanços da gestão costeira e marinha no Brasil, bem como das ações para o aprimoramento de sua implementação. Com este
340 escopo foram formatados quatro painéis que trabalharam os temas: marco legal e arranjos institucionais; instrumentos de gestão; processo de implementação e avaliação; e o papel do Gi-Gerco na articulação das políticas setoriais na zona costeira e o planejamento da ocupação do espaço costeiro e marinho. Os temas tratados constavam das questões norteadoras enviadas para contribuições à sociedade em geral e aos membros do Colegiado.

345 A Plenária de encerramento do evento, como síntese dos debates, elaborou as recomendações que estão disponibilizadas no link <http://www.oceanosesociedade.io.usp.br/index.php/arquivos/finish/1-oes-2013/35-declaracao-oceanos-e-sociedade-2013>.

Cumprir registrar que as recomendações refletem a síntese dos debates na plenária e não o
350 posicionamento dos organizadores: a CIRM, o MMA e o IOUSP.

Durante o evento foi realizado o lançamento do Programa de Políticas Públicas do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP), que tem por objetivo estimular e operacionalizar a participação do IOUSP em processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas para a região costeira e oceânica, em âmbito nacional e
355 internacional.

Também aconteceu o lançamento da Rede Brasileira de Pesquisa e Ensino em Gerenciamento Costeiro, vinculada ao Comitê Executivo para a Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar (PPGMar), que tem por objetivo estruturar um meio de comunicação entre as universidades costeiras brasileiras e oportunizar a integração
360 entre pesquisadores acadêmicos e profissionais que atuam na zona costeira brasileira, entre outros, e divulgar as ações do Gi-Gerco e MMA junto à comunidade científica.

Para amparar o diálogo e facilitar a interação dos vários órgãos foi estruturado um portal, para concentrar o fluxo de informações, estando acessível no link

15 de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) na gestão costeira e oceânica e sua relação com os fóruns (CIRM e seus colegiados)

365 **5.2. Plano nacional do MPA para o desenvolvimento da Carcinicultura - Sr. Rodrigo Roubach (MPA)**

O Sr. RODRIGO (MPA) apresentou um panorama da aquicultura, a distribuição da aquicultura no espaço territorial, a regularização fundiária dos parques aquícolas marinhos, a carcinicultura nacional, a produção nacional de pescados; sendo a Carcinicultura, no ranking, a terceira em
370 volumes produzidos, estando concentrada a maior produção na Zona Costeira.

Pontuou que conflitos ambientais e a ocorrência de enfermidades estão entre as causas para o baixo crescimento das unidades produtivas da carcinicultura.

Assinalou que sob a perspectiva da segurança alimentar, da geração de trabalho e renda, dos conflitos para a expansão da atividade em zonas costeiras, e em função das especificidades do
375 semiárido nordestino, o MPA trabalha no Plano de Interiorização da Carcinicultura.

Informou que estudos no semiárido nordestino apontam que os aquíferos cristalinos (águas subterrâneas próximo da superfície) sofrem processo de salinização sendo inadequadas ao consumo humano e animal, aliado as características do solo e da região em processo de desertificação, o que consubstancia a oportunidade para a interiorização da atividade.

380 Assinalou que os grandes desafios são: Conflitos no uso da água e do solo; Geração de resíduos sólidos; Legislações e regulamentações vigentes; Impactos dos efluentes; Consumo de água e energia elétrica; etc.

O Prof. TURRA(ACADEMIA/IOUSP) sob a perspectiva de uma leitura pessoal, vê favoravelmente a interiorização da carcinicultura, principalmente por conta do grande conflito de
385 uso que existe na zona costeira.

Assinalou que sob o ponto de vista do custo do espaço para o produtor, a carcinicultura poderia ser subsidiada estimulando a interiorização, e a opção poderia estar atrelada ao processo de licenciamento.

A Sra. SHEILA (ABRAMPA), com base em casos reais da atividade da carcinicultura no estado
390 do Ceará e para retratar uma realidade, fez o exercício didático a seguir: considerando uma área de 100ha cujo proprietário não conseguindo produzir, arrenda a área a empreendedores que fornecem toda a estrutura e os insumos para a operacionalização (ração, faz a aeração,..etc) e, a cada ciclo de produção faz o fechamento das contas contabilizando despesas e resultados e, então, destina ao proprietário sua participação na atividade. Neste contexto a Sra. SHEILA
395 apontou, baseado em históricos ocorridos, dois problemas de difícil equacionamento. Primeiro a questão da subdivisão das áreas por critérios familiares (10 filhos por exemplo, implicando na divisão de 100ha entre os herdeiros), e segundo a autuação de proprietários que tinham que responder pelos impactos ambientais da atividade, sobre os quais eles não tiveram plena responsabilidade.

400 A Sra. MARCIA (DZT/MMA) indagou sobre a dimensão do setor, a expansão, e sobre a estratégia a ser adotada com relação ao zoneamento e o Sr. RÔMULO (ICMBio) perguntou sobre o uso de espécies nativas na carcinicultura.

O Sr. RODRIGO (MPA) informou que o MPA tem estatísticas da atividade no portal; discorreu sobre as questões apontadas e pontuou que todo o planejamento vai ser precedido de estudos nas
405 esferas, ambiental, econômica e técnica e se existe ZEE naquela área, o mesmo será seguido; sobre os estados que já tenham alguma atividade precursora com sucesso na mesma linha, será feita a tentativa de potencializar a iniciativa e naturalmente nunca deve ser sugerido algum desenvolvimento que estimule conflito com o estado, ou com atividades existentes; pelo contrário, geralmente o MPA busca resolver os entraves e conflitos para o desenvolvimento da
410 aquicultura/pesca, justamente trazendo alguma segurança para o produtor, para estimular a

geração de emprego-e-renda e contribuir com a economia do estado.

Sob a questão das águas, informa que a proposta do MPA é o uso de água de rejeito, a água salinizada. Para isto será mapeado o potencial destas águas. Se for viável nas três esferas, ambiental, econômica e social, serão feitos estudos iniciais para mostrar a proporcionalidade
415 entre as várias áreas e depois pode-se melhorar o sistema e incrementar a produção, mas nunca, antes, sem ter segurança em todas estas esferas. O MPA nunca vai apoiar a expansão de carcinicultura em manguezais.

Com relação a pergunta se existem estudos para expansão da carcinicultura no litoral a resposta é afirmativa e para isto o MPA está com convênio para avaliar o litoral do Maranhão e ver o que
420 existe de áreas passíveis de serem usadas. Parece que o Maranhão tem somente seis fazendas de carcinicultura, por conta da dificuldade de se mostrar que o local é passível de ser usado e por conta do licenciamento. O MPA sabe que o estado tem a maior porcentagem de manguezais na sua costa. Nesta perspectiva como poderemos expandir nesta área com segurança? aportando estudos e mostrando onde é possível. Nestes estudos procuramos ter a parceria com a área
425 ambiental do estado, o MP estadual, com os órgãos de fomento, justamente para trazer todos os atores para se mostrar, o que se pretende fazer, e como fazer, para evitar problemas no momento de licenciar.

Com relação ao uso do camarão com espécie nativa, pontuou que foram feitos alguns estudos, mas infelizmente o *paulencis* não tem o potencial zootécnico de crescimento, não sendo viável.

430 **5.3. SiMCosta – Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – Prof. Carlos Garcia (FURG)**

O Prof. GARCIA (FURG) apresentou um panorama de sistemas de observação implementados mundialmente e informou que o SiMCosta nasceu de uma recomendação do II *Workshop* Brasileiro de Mudanças Climáticas da Sub-rede Zonas Costeiras da Rede Clima, realizado em
435 2011. Uma das recomendações do encontro foi a de se estabelecer um sistema integrado de observações costeiras ao longo da costa brasileira, de livre acesso aos pesquisadores e tomadores de decisão.

Pontuou que com este enfoque está sendo criado o SiMCosta que tem por objetivo avaliar o estado do conhecimento, identificar deficiências, estabelecer protocolos, coordenar/integrar
440 projetos que investiguem a vulnerabilidade e os efeitos das mudanças climáticas em zonas costeiras brasileiras, propondo ações adaptativas, em conjunto com setores organizados da sociedade e estabelecer um sistema integrado de observações costeiras ao longo da costa brasileira; e que participam do SiMCosta 25 pesquisadores de 12 estados da Zona Costeira.

Assinalou que para a primeira fase do SiMCosta, região Sul e Sudeste, foi apresentado projeto
445 pelo MCTI e aprovado pelo Fundo Clima em dezembro de 2011, encontrando-se em fase de: integração dos dispositivos, elaboração de protocolos de medição e manutenção dos dispositivos, formação de equipes locais, treinamento e capacitação para manutenção, calibração, inter-comparação & validação dos dados, sendo o final de 2013 a previsão de instalação e testes da fase 1.

450 Discussões no Colegiado apontaram questões sobre a infraestrutura de dados, a integração dos dados coletados ao BNDO, a continuidade/manutenção do SiMCosta e sua integração ao GOOS Brasil.

O Prof. GARCIA (FURG) informou que o INPOH vai ser o ente responsável em dar continuidade (manutenção) e acredita que ocorrerá brevemente uma discussão no GOOS-Brasil.
455 Sobre a intervenção do Sr. RÔMULO se o monitoramento fica restrito a dados “oceanológicos” e oceanografia física, e se coletarão dados da ictiofauna e da oceanografia biológica, o Prof Garcia pontuou que coletarão dados de nutrientes, oxigênio dissolvido, matéria orgânica, ph, e

fluorescência, entre outros.

O Sr. REINALDO (SPU) solicitou que a SPU fosse informada sobre qualquer instalação dentro
460 das 12mi, para que aquele espaço seja reservado evitando sobreposição de destinação.

A Sra. LEILA (DZT/MMA) pontuou que devido a convergência do assunto sugeriu que o Gi-
Gerco pudesse recomendar que o assunto fosse encaminhado ao PSRM, porque o GOOS na
última reunião começou a tratar de um assunto que diz respeito a Infraestrutura de dados e banco
de dados oceanográficos.

465 **ENCAMINHAMENTOS:**

Recomendação: devido a convergência do assunto levar o assunto ao PSRM, que começou a
tratar do temas que dizem respeito a Infraestrutura de dados e banco de dados oceanográficos;
por pertinência recomendar que o PSRM encaminhe ao Goos Brasil.

470 **5.4. 25 Anos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Sra. Marcia Oliveira (DZT/MMA)**

A Sra. MARCIA (DZT/MMA) assinalou que no escopo dos 25 anos vários eventos estão sendo
realizados dentre eles o Oceanos e Sociedade 2013. Informou que também está prevista a
publicação comemorativa dos 25 anos PNGC, sendo apresentado o sumário do documento que
tratará do histórico da gestão costeira no Brasil; a situação atual do monitoramento e qualidade
475 ambiental da zona costeira; o olhar dos setores que compõem o Gi-Gerco sobre a zona costeira e
recomendações para o aprimoramento do PNGC. Conforme encaminhado na 45º Sessão, para
apoiar na elaboração dos textos foram enviadas 03 perguntas orientadoras para serem
respondidas. Foi apresentado o quadro de situação de entrega dos textos pelos setores e
combinado a data de 15 de setembro como novo prazo para envio do material.

480 **5.5. Ilhéus-BA: problemas costeiros, inclusive em função da construção do Porto Sul - Sr. Antônio Vieira (Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Ilhéus-BA)**

O Sr. ANTONIO VIEIRA da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
(SEMA/ILHÉUS-BA) informou sobre a atualização do Plano de Gestão Integrada – PGI e
integração com o Plano Diretor Urbano do município de Ilhéus-BA.

485 Na elaboração do PGI a orla de Ilhéus foi subdividida em 13 unidades desdobradas em 34
trechos seguindo a metodologia do Projeto Orla. Trabalharam aspectos sobre a padronização de
equipamentos da orla, como as barracas de praia, além de desenvolvimento turístico sendo que
as discussões nas oficinas contemplaram os aspectos econômicos, sociais e culturais.

Destacou que nas oficinas identificaram 3 trechos da orla que demandam ações prioritárias:

- 490
- Unidade 2: bairro de São Miguel prioridade devido ao processo de erosão da linha de costa;
 - Unidade 6: trecho onde haverá a construção de uma ponte;
 - Unidade 10 (zona sul): área em conflito, com ocupação desordenada de barracas. Nas
oficinas foi debatido o Projeto Cabaneros que preve o ordenamento da ocupação e uso da
495 orla, especialmente, as barracas, que são importantes equipamentos para o turismo.

O Sr. ANTONIO VIEIRA (SEMA/ILHÉUS-BA) propôs que Ilhéus seja um Estudo de Caso para
o Sistema de Modelagem Costeira – SMC-Brasil e que a região venha compor o banco de dados
do SMC, pois esta poderia ser referência para subsidiar políticas de uso e ocupação da orla,
devido a multiplicidade de dinâmicas que ocorrem na orla de Ilhéus aliada a presença do porto
500 de malhado e a construção do Porto Sul.

Apontou que na orla do trecho do porto de Malhado a linha de costa avançou e pede apoio para a
modelagem e caracterização da dinâmica costeira na área onde estão os espigões.

Nos desdobramento das discussões, o Sr. RICARDO ARNUA (SEMA/BA) articulou conversações bilaterais com a representante do IBAMA, a Sra. MARIANA GRACIOSA PEREIRA que conhece o processo de regularização do porto em Ilhéus, pois, segundo informou trabalhou na coordenação do processo no IBAMA.

5.6. Sistema de Modelagem Costeira (SMC Brasil) – Sra. Márcia Oliveira (DZT/MMA)

Pauta transferida para a próxima sessão do Colegiado.

5.7. Projeto Orla – Sr. Reinaldo Redorat (SPU)

Pauta transferida para a próxima sessão do Colegiado.

6. ENCERRAMENTO

O Comandante SERRA (SECIRM) agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18h30.